
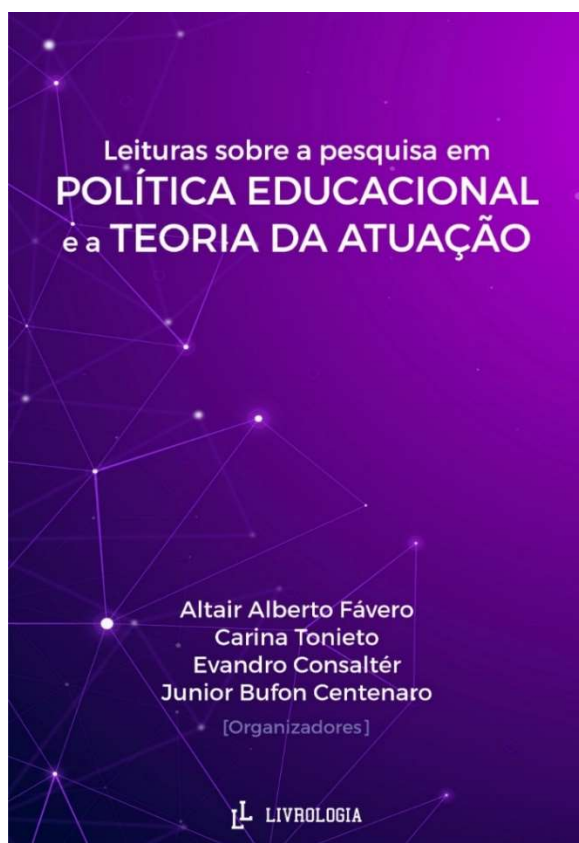


Resenha

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; CONSÁLTER, Evandro; CENTENARO, Junior Bufon. (org.). **Leituras sobre a pesquisa em Política Educacional e a Teoria da Atuação**. Chapecó: Livrologia, 2022. 284 p.

Catiane Richetti Trevizan*

 <https://orcid.org/0000-0002-2646-4378>



Recentemente lançado, o livro *Leituras sobre a pesquisa em Política Educacional e a Teoria da Atuação* é a décima segunda coletânea produzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Gepes) da Universidade de Passo Fundo (UPF), localizada no Rio Grande do Sul, sob a organização dos professores Altair Alberto Fávero, Carina Tonieto, Evandro Consalter e Junior Bufon Centenaro. O livro conta com 16 capítulos, elaborados por mais de 30 autores pertencentes ao Gepes e demais parceiros que, após intenso estudo, pesquisa, debates e reflexões, produziram mais uma obra que passa a ser um potente subsídio para quem se interessar pela Política Educacional e a Teoria da Atuação.

Alavancando a obra, o experiente pesquisador Jefferson Mainardes assina o primeiro capítulo, intitulado “Contribuições da Teoria da Atuação para a pesquisa em políticas educacionais”. Partindo de uma explanação sobre a Teoria da Atuação, o autor enfatiza que ela proporciona elementos potentes para a pesquisa em políticas educacionais e tece um

panorama da Teoria da Atuação e sua vinculação com o ciclo de políticas. O pesquisador entende, também, que, nas reformas educacionais e na construção de políticas, é imprescindível a

* Pedagoga, pós-graduada em Metodologia do Ensino de Filosofia, servidora pública estadual, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Gepes), da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: <catitrevizan@hotmail.com>.

participação de pesquisadores, devido à necessidade de fortalecer as políticas locais bem como a qualificação dos projetos pedagógicos. O autor parte da ideia central de que a Política Educacional deve ser criada pelos próprios sujeitos envolvidos, dentro de seus contextos, evitando o fortalecimento de políticas e de práticas centralizadoras, que geram uma adesão mecânica, quer dizer, um assujeitamento.

O segundo capítulo, denominado “A Teoria da Atuação nas investigações sobre políticas educacionais”, tendo como autoria Altair Alberto Fávero, Antônio Pereira dos Santos e Junior Bufon Centenaro, faz uma reflexão sobre a importância de referenciais analíticos que tenham condições de compreender a proporção contextual da Política Educacional, como foco na Teoria da Atuação. O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, os autores fazem uma distinção entre as abordagens de pesquisa com base na implementação e na atuação da política; e, na segunda, são apresentadas as contribuições da Teoria da Atuação para as pesquisas em políticas educacionais. Para os autores, o importante é que os sujeitos que cotidianamente estão na escola consigam perceber o caráter dinâmico e mobilizador que pode proporcionar transformações importantes na tradução e na recontextualização das políticas, em outras palavras, compreender os movimentos da atuação política.

O pesquisador argentino Jorge Gorostiaga é responsável pelo terceiro capítulo, intitulado “El uso de la cartografía social en la investigación sobre política educativa”. O autor destaca que a cartografia é uma abordagem que reconhece uma genealogia associada às viradas pós-modernas e visuais da década de 1990, que consegue estabelecer significativas conexões com outras abordagens pós-estruturalistas para o estudo das políticas. A cartografia também possui abertura para *insights* de múltiplas perspectivas e comunidades epistêmicas, e, com a sua capacidade de montar mapas provisórios, consegue mostrar a diferença e a inter-relação de tais perspectivas e comunidades, podendo ser útil para deslumbrar determinadas questões de pesquisa, como também usar o imaginário para perceber novas formas de representar ou até mesmo ver questões relacionadas à Política Educacional.

“Artefatos da política em discussão: as melhores escolas do Ensino Médio da região Sul segundo o IDEB”, de Altair Alberto Fávero, Chaiane Bukowski e Julia Costa Oliveira, é o quarto capítulo da coletânea. Os autores abordam o conceito de artefato da política, por meio de uma exposição metodológica do percurso de investigação e de uma análise dos *websites* das Escolas de Ensino Médio da região Sul, que alcançaram os melhores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como os artefatos da política se fazem presentes nos *websites* das escolas estaduais de Ensino Médio com o melhor IDEB da região Sul? Segundo os autores, traços característicos dos artefatos da política podem ser encontrados nas instituições investigadas.

O quinto capítulo, intitulado “A articulação entre o público e privado nas políticas educacionais: um estudo de caso a partir da etnografia de redes”, é de autoria de Carmen Lúcia Albrecht da Silveira, Renata Cecília Estormovski e Sandra Maria Zardo. Partindo de um estudo de caso, as três autoras discutem a etnografia de redes como uma metodologia de análise possível para a investigação de tais relações no contexto do público e do privado. O capítulo é composto por três seções. Na primeira, são apresentados os conceitos de redes políticas e de etnografia de redes; na segunda, as autoras delineiam a rede política do Programa A União Faz a Vida (PUFV), promovido pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), fazendo o estudo do programa; na última seção, a partir da análise dos documentos que regem o PUFV, as pesquisadoras investigam as intenções, os efeitos e as influências do projeto para a educação, ficando explícita a etnografia de redes como instrumento que, além de deixar transparecer quem são os sujeitos que compõem uma rede, esclarece a atuação do referido programa.

De autoria de Ana Paula Pinheiro e Jerônimo Sartori, o sexto capítulo, denominado “Políticas educacionais de formação de professores na lógica do mercado”, explora as perspectivas teórico-metodológicas que alicerçam a política de formação de professores (BNC-Formação), a qual, por sua vez, tem sua orientação na matriz do neoliberalismo. Diante da efetivação do estudo, os pesquisadores sugerem que é necessário fazer resistência ao modelo formativo da BNC-Formação, uma vez que, em vez de propor uma formação de caráter emancipador e humanista, ela se fundamenta na matriz neoliberal, na racionalidade técnica e em uma pedagogia tecnicista. Para os autores, a lógica da proposta que consta na BNC-Formação não contempla nenhum tipo de participação, enfraquecendo a autonomia do professor e da própria instituição, ficando, desse modo, a formação do professor limitada, sendo um mero repassador dos conteúdos listados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica.

Sob o título “A educabilidade política do educador no fazer docente: formação de capacidade para atuar no contexto escolar contemporâneo” – o sétimo capítulo da coletânea –, Altair Alberto Fávero, Camila Chiodi Agostini, Elia Maria Leandro Uangna e Larisa Morés Rigoni analisam objetivamente de que forma é possível construir a educabilidade política do educador, entendendo que o educador é o sujeito criador e produtor de políticas na escola, que deva ter capacidade para atuar no âmbito escolar de forma afetiva e dialógica, sabendo que a realidade do contexto escolar é desigual, plural e multifacetada. Os autores analisam as dimensões da ideia de “intencionalidade” que constitui o contexto escolar, visto como um cenário para a formação política do educador, a contribuição da imaginação narrativa para efetivar o entendimento do contexto escolar e, por último, os autores apresentam três possíveis perspectivas para pensar o contexto escolar como um espaço e tempo de educabilidade política. Os pesquisadores concluem que o contexto escolar pode se tornar um promissor tempo e espaço de educabilidade política dos professores, se forem oportunizadas condições de pesquisa, de estudo e de teorização das próprias práticas.

“Políticas de comportamento no contexto das escolas públicas brasileiras”, de Ana Paula Pinheiro e Flávia Stefanello, compõe o oitavo capítulo do livro. As autoras enfatizam que são vários os aspectos que decorrem do modo de aprender e agir dos sujeitos, uma vez que os fenômenos comportamentais, que são percebidos no espaço escolar, não raro, são reflexos do contexto familiar, das questões sociais, como também das dificuldades de aprendizagem. Gerir a questão comportamental no ambiente escolar torna-se complexa, pois cada escola possui diferentes formas de resolver e de avaliar as situações-problema. No entender das autoras, o contexto público escolar brasileiro demanda importantes pontos a serem considerados. No texto, as autoras analisam, ainda, as políticas educacionais por meio de alguns programas de gestão de comportamento, que não evidenciam o contexto social dos estudantes.

Tendo como autores Carina Tonieto, Altair Alberto Fávero e Dioclécia Moura da Silva, o nono capítulo traz como título “A magia das competências na Educação Básica”. Os autores fazem uma análise do período de 2017 a 2019 quando foi discutida e implementada a BNCC no Brasil, a partir de publicações *online*, consultadas por meio de Ferramentas como o *Google Scholar*, do mesmo período, com o objetivo geral de localizar e analisar o emprego do conceito de competência(s) na educação. Os pesquisadores entendem que o discurso a respeito das competências na educação ainda é ambíguo, o que causa controvérsias em relação às suas possibilidades formativas. Os autores, diante da análise obtida, apontam que a educação por competências, embora faça parte dos discursos, integra o vocabulário de diferentes sujeitos, é tomada como conceito unívoco, é referência para a discussão dos fenômenos educacionais, é justificada pela sua funcionalidade e é aceita por uma parcela da opinião pública e por profissionais da educação como alternativa para a resolução de problemas educacionais, portanto como política reguladora e indutora de práticas.

Contudo, a educação por competências necessita enfrentar uma série de desafios pedagógicos e epistemológicos para ressaltar sua efetividade.

O décimo capítulo, intitulado “Líneas Dibujadas em políticas aterrizadas em y para la educación superior”, é de autoria de Aristeo Santos López e Marisa Fátima Roman, ambos mexicanos. Os pesquisadores elaboraram uma reflexão sobre o fato de haver muitos momentos em que a existência de uma política pública para a educação é questionada, em função do conflito entre as visões de mundo tidas como referência nas esferas políticas de decisão e de ação. Os autores baseiam-se nos elementos teóricos de Stephen J. Ball, os quais dão conta de explicar como as políticas são dadas e como são colocadas em prática nos contextos locais e internacionais – isso tudo relacionado às construções dessas políticas, em especial as da educação. López e Roman estruturam o texto em três partes. As reflexões teóricas e epistemológicas propostas por Ball dão conta da primeira parte. Na seguinte, analisam o contexto mexicano; e, na sequência, as considerações e as reflexões finais.

Intitulado “A racionalidade neoliberal em ataque às políticas: a cultura do gerencialismo e da performatividade na Educação Superior”, o décimo primeiro capítulo é assinado por Marcio Giusti Trevisol, Diego Bechi e Marlon Sandro Lesnieski. O objetivo central do texto é analisar como o gerencialismo e a performatividade na Educação Superior se tornaram uma cultura incorporada, partilhada e vivenciada, que tomam como pressuposto básico a busca pela eficácia e pela eficiência definida pelos ditames da agenda neoliberal. Em suma, os autores consideram que o cultivo do gerencialismo e da performatividade na educação tem aproximado a Educação Superior de modelos privados de gestão, que zelam pelos resultados quantificáveis e observáveis a partir das necessidades globais do neoliberalismo, afastando o sentido de universidade como bem público.

O décimo segundo capítulo, denominado “Políticas educacionais por ‘decreto’: Entraves à participação dos sujeitos na definição das políticas de Educação Básica no Brasil”, tem como autores Ana Carolina Leite da Silva, Caroline Simon Bellenzier, Junior Bufon Centenaro e Simone Zanatta Guerra. Os pesquisadores elaboraram uma análise sobre os entraves acerca da participação dos sujeitos na definição de três políticas de Educação Básica no Brasil no período de 2016 a 2020, sendo elas: a Reforma do Ensino Médio, estabelecida por meio da Medida Provisória N° 746, de 22 de setembro de 2016; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvida entre 2017 e 2018; e a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), instituída pelo Decreto N° 10.502, de 30 de setembro de 2020. Inicialmente, os pesquisadores apresentam uma rápida contextualização do conjunto sociopolítico brasileiro recente, projetado pela influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo na definição das políticas. Na sequência, os autores discutem sobre a construção das políticas públicas por meio de decretos, medidas provisórias e de processos abreviados, que excluem os principais envolvidos nos espaços de participação e de reflexão para constituição de tais políticas; e enfatizam que a dimensão da prática como componente ativo do processo político é indispensável a qualquer reformulação estrutural no âmbito educacional.

De autoria de Carina Copatti, Patricia Carlesso Marcelino e Rosana Cristina Kohls, o décimo terceiro capítulo da coletânea “A atuação da política na escola: provocações diante dos problemas educacionais e sociais somatizados pela pandemia da Covid-19”, traz uma análise da pandemia provocada pela Covid-19. Para as autoras, no Brasil, vivencia-se uma crise sem precedentes. O contexto social, político e econômico revela-se como uma grande ameaça aos moldes democráticos; além disso, no contexto educacional, a pandemia revelou hercúleos problemas sociais e educacionais, entre eles as desigualdades e as diferenças de acesso à saúde, à educação e aos meios de informações tecnológicos. O estudo foi dividido em dois momentos.

Coube, ao primeiro, a reflexão sobre o contexto excludente, com a situação agravada pela pandemia; e, no segundo momento, o estudo direciona-se à atuação política escolar com base no acesso à educação como direito, bem como suas contribuições para o contexto atual, na perspectiva de uma educação mais democrática, emancipadora, humanizada, sensível e com mais equidade.

Com o enunciado “O professor padronizado: uma análise a partir das concepções docentes presentes no periódico ‘Aprendizagem em foco’ do instituto Unibanco”, Caroline Simon Bellenzier e Evandro Consaltér assinam o décimo quarto capítulo. Os autores indicam que a ideia de professor padronizado implica o recuo da teoria no exercício do professor e, como consequência, acaba provocando a instrumentalização do fazer pedagógico. A escrita está elaborada em duas partes. Na primeira, os pesquisadores exploram a ideia de professor instrumentalizado, domado por uma gestão escolar pautada pelo gerencialismo empresarial e pelo retrocesso da teoria na prática docente. Na segunda parte, os autores fazem uma análise da concepção presente no boletim “Aprendizagem em foco”, uma publicação quinzenal, desde 2015, do Instituto Unibanco. Para os autores, fica evidente que a qualidade da educação, entendida como atingimento de metas e indicadores, está quase que unicamente ligada às boas práticas de gestão e à instrumentalização do exercício da profissão docente, deixando de lado a formação e a valorização do professor. Para eles, o modelo estudado objetiva atender às demandas mercantis neoliberais e ao gerencialismo empresarial na educação, ficando aquém as melhorias da qualidade da educação.

Assinado por Altair Alberto Fávero, Ana Lucia Kapczynski e Andressa Bessa Machado Lima, o décimo quinto capítulo é intitulado “As políticas antidemocráticas que fragilizam a escola pública: desafios das políticas educacionais”. Os pesquisadores analisam de que forma as políticas antidemocráticas em curso estão por fragilizar a escola pública, transformando-a em uma instituição subordinada às políticas neoliberais. Dividido em três momentos, os autores buscam, na primeira seção, discutir a relação entre o direito universal à Educação Básica e a democracia. Na segunda seção, é realizada uma investigação referente à contribuição da escola pública para o fortalecimento da democracia, fundamentada na teorização de Biesta. Na terceira e última seção, a teorização das políticas educacionais como estratégia de resistência é analisada. Os autores defendem a posição que a escola será democrática na medida em que as ações educativas sejam efetivadas como práxis, como tempo livre, capazes de resistir às expectativas da sociedade e às prescrições mercantis. Ademais, os autores apontam que esses questionamentos precisam ser discutidos entre os pesquisadores de políticas educacionais.

“As reformas da educação e o ‘controle de qualidade’ da aprendizagem dos alunos e da atuação docente” é o décimo sexto capítulo da coletânea. De autoria de Altair Alberto Fávero, Giovanna Dalquiavon, Lidianie Limana Puiati Pagliarin e Thalia Leite de Faria, o último capítulo traz para discussão as recentes reformas da Educação Básica e os mecanismos que os agentes externos utilizam para controlar a aprendizagem discente e a atuação docente. Organizado em quatro partes, os autores abordam, na primeira, a retórica da qualidade nos discursos reformadores. A evidência da privatização e a estratégia neoliberal de domínio da escola é discutida na segunda parte. Na terceira, aborda-se a padronização das avaliações e a inconstância da atuação dos professores. A quarta parte é analisada a partir do controle do processo e da precarização da atuação docente. Os pesquisadores apresentam alguns indicativos como forma de resistir à instrumentalização e ao domínio das escolas e das avaliações.

O resultado de um trabalho investigativo, responsável e coletivo, produzido no ano de 2021, pelo Gapes da UPF, culminou na imponente obra de análise, reflexão e discussão sobre a temática das políticas educacionais e da Teoria da Atuação. A obra perpassa discussões e levanta indagações relevantes sobre os preceitos da Teoria da Atuação, principalmente com foco de como e de que forma as políticas educacionais são recebidas, internalizadas nas instituições educacionais

pelos diversos atores lá inseridos e como elas são transformadas e ressignificadas. O contexto escolar, multifacetado, deve ser levado a sério no processo de efetivação dessas políticas e questionar, pesquisar e problematizar esses aspectos se torna primordial em uma contemporaneidade de cunho neoliberal, o que é feito de forma acertada e fundamentada no livro.

A coletânea surge em um momento mais que oportuno, pois urge debater sobre as políticas educacionais, uma vez que se vivencia um período marcado pelo alto autoritarismo político. Nesse contexto, vários capítulos do livro trazem à tona reflexões imprescindíveis sobre a Política Educacional bem como sobre a Teoria da Atuação relacionada a esse campo. Faz-se necessária a compreensão de como as reformas políticas acontecem de fato nas escolas, como agem os sujeitos envolvidos no processo, quais são os interesses dos governos que propõem tais medidas. Além de compreender o contexto, é imprescindível refletir sobre e fazer parte do processo, ser resistência frente à dominação mercantil e, sobretudo, defender a escola pública como direito garantido na Constituição, em especial com um olhar diferenciado aos que mais necessitam de um ensino público de qualidade.

Referência

FÁVERO, A. A. *et al.* (org.). **Leituras sobre a Pesquisa em Política Educacional e a Teoria da Atuação**. Chapecó: Livrologia, 2022.